

Ato cobra independência e autonomia do Judiciário

Para manifestar sua indignação no dia da posse de Ricardo Lewandowski na presidência do STF e cobrar a reposição salarial, os servidores participaram nesta quarta-feira, 10, do Ato em defesa da Autonomia e Independência do Judiciário Federal e em repúdio aos cortes no orçamento federal por parte da presidenta Dilma Rousseff/PT, o que atingiu o reajuste salarial previsto pelo STF. A atividade ocorreu na frente do prédio da Justiça Federal, das 15 às 15h30, e marcou também o fim da Greve da categoria em SC, iniciada em 14 de agosto.

O Ato contou com a participação das três Justiças e servidores de Itajaí, Blumenau e Laguna. Também esteve presente o assessor de relações institucionais da OAB, Anselmo Livramento Machado. Coordenador do SINTRAJUSC, Pedro Antonio de Oliveira lembrou que há 27 anos, quando entrou na Justiça Federal, também havia manifestações justamente pela independência do Judiciário.

Os Coordenadores do Sindicato Sérgio Murilo de Souza e Paulo Koinski ressaltaram que, com as recentes medidas judiciais em defesa do orçamento do Judiciário, por parte da Procuradoria-Geral da República, entidades de magistrados e a Fenajufe, é preciso manter a pressão em Brasília para que a cúpula do Judiciário de fato negocie com o Executivo para manter o orçamento original enviado pelo STF.

Ao final do Ato, marcado pelo som das vuvuzelas e



também de panelaço, dezenas de balões brancos soltos pelos servidores coloriram o prédio da JF.

Ação no STF

A Fenajufe, reforçando ações semelhantes, ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF)



Lusmarina e a filha Carla na luta por conta do corte nos orçamentos do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU), realizado pela presidenta Dilma Rousseff. A entidade pede que seja suspensa a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 no Congresso Nacional até que o Executivo encaminhe projeto que contemple as propostas enviadas pelos presidentes dos Tribunais Superiores e pelo Procurador-Geral da República. O orçamento originalmente enviado previa recursos para a recomposição salarial da categoria.

Para a Fenajufe, a Presidenta da República não poderia ter omitido as propostas orçamentárias do projeto enviado ao Legislativo, pois somente este Poder tem competência constitucional para alterá-las. Ao Executivo caberia somente a consolidação das propostas e o envio do projeto de lei ao Congresso Nacional. Não há qualquer irregularidade nas propostas orçamentárias originais que pudesse justificar uma intervenção do governo, tendo sido observadas

todas as diretrizes e limites previstos na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A ADPF foi autuada sob o número 326 e deve ser distribuída à Ministra Rosa Weber, que já é relatora de processos movidos pelo Procurador-Geral da República e outras entidades de classe com o mesmo objeto.

O ajuizamento da ação é parte das iniciativas da Federação em defesa da recomposição salarial da categoria. O objetivo é colocar em evidência a violação da autonomia do Judiciário e do MPU, mais uma vez praticada pelo governo, e cobrar do STF um pronunciamento quanto ao corte ilegalmente consumado, bem como ações concretas para a reversão desse quadro.

CONVITE



PALESTRA E DEBATE

OS IMPACTOS DO PROCESSO ELETRÔNICO NA SAÚDE DO SERVIDOR



O SINTRAJUSC convida os servidores a assistir à palestra, seguida de debate, sobre *Os Impactos do Processo Eletrônico na Saúde do Servidor*, neste dia 12 de setembro, sexta-feira, das 14 às 17 horas, no auditório do Pleno do TRT, com o Dr. Rogério Alexandre Dornelles.

Dornelles é médico do trabalho; assessor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do RS de 1999 a 2013; assessor do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador da

RS; pesquisador social do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Faculdade de Psicologia da UFRGS.

Enquanto assessor do Sintrajufe-RS, desenvolveu uma série de Pesquisas de Saúde, as quais demonstraram que os problemas de adoecimento e de organização e relações de trabalho no Judiciário Federal foram agravados nos locais em que o processo eletrônico já foi implementado. Algumas dessas pesquisas são referentes aos JEFs (2009), gabinetes TRT (2008), secretários de audiência JT (2004) e Oficiais de Justiça (2004), Pesquisa de Saúde dos Oficiais de Justiça da JF/POA (2010) e Pesquisa Geral de Saúde de 2011 e 2012.

VENHA DEBATER OS PROBLEMAS QUE AFETAM NOSSA SAÚDE!

PARTICIPE!

DIA: 12/SET (6^A-FEIRA) DAS 14H ÀS 17H
LOCAL: AUDITÓRIO DO PLENO DO TRT
PALESTRANTE: DR. ROGÉRIO DORNELLES

Mais informações pelo telefone (48) 3222-4668

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares